



**A SERVIÇO  
DOS POVOS  
INDÍGENAS**



ISSN 1679-2335



IMPRESSO ESPECIAL  
9912246452/2009/DR/PA  
**CIMI**  
---CORREIOS---

MAIO / JUNHO - 2002 - n.º 198



**por um futuro de Paz**

Muitos devem conhecer o documentário "Terra Vermelha", ou "La Terra Degli Uomini Rossi", em italiano. Criticado porque acentua alguns aspectos negativos atribuídos aos Guarani, como o alcoolismo e por não retratar fielmente a cultura Guarani, o documentário apresenta a triste realidade de um povo, expulso de suas terras, seu hábitat – Tekoha.

O documentário relata a situação atual de conflito e aponta para um futuro triste. A situação dos Guarani não é um fato isolado, mas se alastra a Povos como os AVÁ, o último povo nômade; os Guajajara, em que os assassinatos continuam.

O avanço das mineradoras, a possibilidade da aprovação do Novo Código Florestal que, como formulado, ameaça o futuro da Floresta e a promulgação do Decreto da Presidente Dilma no dia do Índio deste ano, que prevê a consulta do Ministério das Minhas e Energia antes da demarcação e homologação de uma terra indígena, são outras ameaças que tornam inseguro o futuro dos Povos Indígenas no Brasil.

O povo Munduruku e os missionários/as franciscanos fazem um apelo que reforça o que afirmamos:

*"Ultimamente sentimo-nos ameaçados por projetos promovidos por um modelo de desenvolvimento que incentiva a construção de*

*hidrelétricas, hidrovias e mineração, como ainda o comércio dos chamados 'créditos de carbono'. Este modelo de desenvolvimento não é apenas incompatível com nossa forma de viver, como também causa graves impactos irreversíveis para os povos tradicionais e todo o bioma da Amazônia. Por outro lado, queremos uma política de desenvolvimento econômico que verdadeiramente beneficie os habitantes da Terra, e não privilegie apenas uma minoria."*

Hoje em dia a real ameaça para o futuro dos Povos Indígenas não são somente as ameaças externas mas as mudanças culturais provocadas pela falta de terra e também pelas influências da globalização que atinge principalmente os jovens indígenas.

Continua o apelo do povo Munduruku e seus amigos:

*"A hora urge para fortalecermos a nossa união: do povo Munduruku, dos povos indígenas e de todas as pessoas de boa vontade, na resistência e na defesa da vida, da nossa cultura, da terra e da água em vista do futuro dos nossos filhos e filhas.*

*Vamos lutar de coração limpo, livres das tentações da modernidade que arruinam o nosso futuro e aumentam os preconceitos dos nossos inimigos."*



## Publicação do Conselho Indigenista Missionário

Esta Revista nasceu em 1979 por iniciativa de 5 tuxauas

É uma revista de: informação  
formação e  
intercâmbio a serviço  
dos Povos Indígenas

ISSN 1679-2335

Correspondência para:

Caixa Postal 41

CEP 66.017-970 - Belém - Pará - Brasil

Telefone: (091) 3252 - 4164 ♦ Fax: (091) 3252 - 2312

E-mail: [cimibelem@hotmail.com](mailto:cimibelem@hotmail.com)

Site: [www.mutiraoamazonia.org.br](http://www.mutiraoamazonia.org.br)



**Instrumento usado pelos mensageiros no Alto Amazonas. Com ele avisavam as aldeias quando traziam notícias.**

CAPA: GUARANI M'BYÁ DE JACUNDÁ - PA. FOTO: MARCOS REIS  
EDITORACÃO ELETRÔNICA: ARTUR DIAS.

# CARAMURU CATARINA PARAGUAÇU

## É DOS PATAXÓ-HÃ-HÃ-HÃE

O povo indígena Pataxó Hã Hã Hãe foi vitorioso em sua luta de mais de trinta anos pela terra. Em sessão do Supremo Tribunal Federal - STF no dia 2 de maio, os Ministros decidiram que a posse de 54 mil hectares de terras, nos municípios de Itajú do Colônia, Camacã e Pau-Brasil são de fato terras tradicionais indígenas, e que os títulos de propriedade incidentes sobre a terra, emitidos pelo Governo do Estado da Bahia a partir da década de 60 não têm validade. O Cimi acompanhou a situação na Terra Indígena nos últimos meses e relatou, conforme texto (adaptado pelo Mensageiro) a seguir:

No dia 1º de janeiro deste ano, os Pataxó Hã-Hã-Hãe ocuparam 48 propriedades incidentes na terra indígena. De 18 mil hectares de área, os indígenas passaram a ocupar 42 mil, ainda restando 12 mil - compreendendo a região de rio Pardo. Circularam informações dando conta de confrontos e de violências praticadas por indígenas, mas nada foi confirmado.

Poucas semanas antes da votação no STF, cinco caciques Pataxó Hã-Hã-Hãe

estiveram reunidos com a ministra Carmen Lúcia, em Brasília. Eles procuravam esclarecer a razão das retomadas



Ministro Marco Aurélio Mello conversa com indígenas no STF. Foto: Banco de imagens STF.

e mais uma vez pedir para que a ministra, relatora da ACO 312, encaminhasse a votação no STF. Na ocasião, o cacique Nailton Muniz Pataxó Hã-Hã-Hãe afirmou que *"Não fizemos essas retomadas com o objetivo de pressionar o STF, mas depois que constatamos que muitas dessas fazendas em nossas áreas estavam abandonadas e outras tendo a natureza completamente destruída, optamos por retomar o que é nosso"*.



Pataxó Hã Hã Hãe, em uma de suas idas a Brasília, para reivindicar a votação da ACO.  
Foto: Marcy Picanço - 2007

## Manutenção de posse.

Outra justificativa apresentada por Nailton para as retomadas era que em muitas fazendas os indígenas já tinham a manutenção de posse, ainda sem cumprimento por parte da Polícia Federal (PF). *"A fazenda Alegria, por exemplo, no município de Itajú do Colônia. Os índios estavam na posse, mas em 25 de outubro do ano passado os pistoleiros expulsaram as famílias na bala"*, decla-

rou Nailton.

Em outros casos, como na fazenda Serrana de Ouro, também em Itajú, os Pataxó Hã-Hã-Hãe tinham a manutenção de posse, mas o fazendeiro ainda continuava no local. Conforme os indígenas, os médios e pequenos proprietários já haviam saído da terra demarcada. Restavam apenas os grandes proprietários, cerca de meia dúzia.

No entanto, o abandono das propriedades era flagrante. Reginaldo Ramos Pataxó Hã-Hã-Hãe lembra que quando os índios chegavam para retomar não encontravam ninguém, no máximo um funcionário.

*"Estava tudo destruído: casas abandonadas, a capoeira tomando os pastos"*, contou Reginaldo. Nailton completou: *"Vimos bodes, carneiros e morcegos, mas nenhum morador. Os que estavam no local puderam retirar seus pertences; quem tinha gado também pode levar, fosse grande ou pequeno proprietário. Quem bate o pé por nossa terra de ocupação tradicional são os grandes. Os outros sempre colocaram as propriedades à disposição da Funai"*.

## Isolados na própria terra

Para se ter acesso a muitas dessas áreas com manutenção de posse emitida aos indígenas – e retomadas – era preciso passar por dentro de outras fazendas. A questão é que os pistoleiros não deixavam. *"A fazenda Primavera estava assim. Falávamos com a Polícia Federal (PF) e nada era feito. Então nós decidimos retomar essas outras fazendas para nossa segurança"*,



Banco de imagens STF.

explicou Gerson Melo Pataxó Hã-Hã-Hãe.

As lideranças ressaltam que a situação deixava aldeias isoladas dentro da própria terra indígena. Foi num contexto como esse que o indígena José Muniz acabou morrendo, depois de sentir fortes dores no peito durante cerca de 12 horas. Os pistoleiros repeliram à bala o transporte enviado pelo irmão do indígena, cacique Nailton, para socorrê-lo.

*"Depois disso foram mais três retomadas, mas aí eu me pergunto: morrem índios, mas morrem fazendeiros? Não, só o meu povo é que morre. Isso não é conflito, mas massacre! De que violências dos índios estão falando, então?"*, indigna-se cacique Nailton. Mais de 30 lideranças Pataxó Hã-Hã-Hãe foram assassinadas na luta pela terra desde os anos 1980.

Os indígenas afirmam que depois



Eros Grau, quando Ministro do STF, foi o relator do processo da ACO 312. Na foto, ele conversa com uma representante dos Pataxó Hã Hã Hãe, em 2008. Foto: Arquivo Cimi.

de iniciadas as retomadas, mais de 200 pistoleiros passaram a frequentar a região. A violência comum a qualquer cidade grande passou a amedrontar os pouco mais de 7 mil moradores de Itajú





O Governo do Estado enviou reforços policiais para a região de Caramuru-Catarina-Paraguaçu, para garantir a segurança das pessoas.

Foto: site indiosonline

do Colônia. "Mataram um empregado de uma fazenda e disseram que foram os índios, mas depois os próprios fazendeiros denunciaram o pistoleiro, preso em Itajú do Colônia", diz cacique Reginaldo.

Além da violência, os indígenas são acusados de levar pobreza para as cidades que abrigam a Terra Indígena Caramuru-Paraguassu por acabar com

Índigenas abrem a cova para enterrar um parente morto por pistoleiros no início do ano.

Foto: site indiosonline.



os latifúndios de ocupação irregular. Para as lideranças é ao contrário: enquanto hoje um fazendeiro emprega uns poucos funcionários, com os indígenas as áreas receberão de 10 a 20 famílias.

O que aponta para outra razão da onda de retomadas: o Programa de Aquisição Alimentar (PAA) gerido pelos Pataxó Hã-Hã-Hãe estava prejudicado. As cidades de Camacã, Itajú do Colônia e Pau Brasil são abastecidas pelas plantações indígenas. "Muitas famílias que dependem do PAA não podiam entregar os alimentos nas cidades. Os pistoleiros impediam. Pobreza, então, é com esses fazendeiros aqui que não deixam nada nas cidades", ataca cacique Reginaldo.

A cacique Ilza Rodrigues Pataxó Hã-Hã-Hãe afirma que as cabeceiras dos rios estão desmatadas, com isso estão secos. Os que ainda podem ser utilizados cortam as fazendas e nesse trajeto são poluídos das mais diversas formas. "O gado morre e jogam no rio. Aquela carne não permite que utilizemos a água para beber, tomar banho e cozinhar.

Como está na área deles (latifundiários) não podemos ir tirar o bicho morto", explica a cacique.

Por tudo isso, os indígenas encontram justificativas para as 48 retomadas em menos de dois meses. Para cacique Reginaldo, a quantidade de áreas reocupadas mostra a facilidade da ação dos Pataxó Hã-Hã-Hãe, revelando a ausência dos ocupantes.

# MUNDURUKU: DEBATES PARA O FUTURO

A Irmã Cláudia Regina, missionária entre os índios Munduruku, no Pará, enviou-nos um texto resumindo os debates realizados pelos munduruku no que diz respeito à proteção de suas terras.

Presenteou-nos ainda com alguns textos e desenhos do cacique Venâncio, sábio munduruku, falando de suas preocupações e expectativas com relação ao futuro dos Munduruku.

"(...) Por aqui estamos bem, em parte, pois como vocês sabem, o que antes parecia ser um mal distante, já é uma realidade entre o povo Munduruku. A construção de barragens aqui na nossa região. No Teles Pires já há canteiros de obras na Cachoeira Sete Quedas.

Particpei da Assembléia Geral dos Munduruku de 15 a 18 de março de 2012. Entre os vários assuntos tratados estava na pauta o "Complexo Tapajós" e o contrato assinado há pouco tempo por um pequeno grupo de lideranças e políticos em Jacaré.

Estavam presentes na Assembléia representantes do Ministério Público, da FUNAI, da SESAI, políticos do município, representantes do Movimento Tapajós Vivo e várias outras representações. Como Assembléia, as lideranças munduruku decidiram continuar lutando contra a construção das barragens. Sobre o projeto do carbono, as lideranças reconheceram publicamente o erro que cometeram e parece que há uma tentativa de anulação do contrato por parte do



Ministério Público.

O cacique Venâncio Poxo me pediu para enviar esse material que ele escreveu, que seria um resumo das discussões da assembleia. Ele pediu para colocar na revista "Mensageiro".

Ah, outra decisão da Assembléia Foi tirar todos os garimpeiros que estão trabalhando com draga na terra Munduruku - não sei se vão conseguir, pois são muitos e há divergência entre eles por conta dos benefícios que algumas aldeias recebem.

Um abraço "iobog cicã!"

Cláudia.

SEGUE...



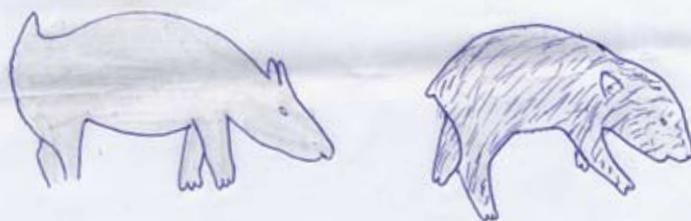
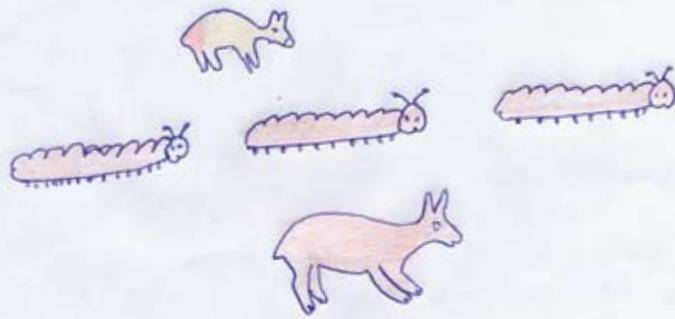


FIG. A  
Esses figura s do índio Mundurucu.



Esses material, estão desenhado no Sete de Irmãs puzer Wuyju barroge kaygü i jep Wuybut a pa.um ap purim.

Munaycoko  
 yjop apop wita.a.be sete queda be opop  
 munaycoko, emu.mugē, gē, e ē, em ajot, um pit  
 Imen, exda.i i, ē, em ajofa.yū um um pit.  
 mudim tak ōn wlexat in.ma  
 dajem tak ōn wlexat in.ma  
 i manaycoko i manaycoko  
 Binom Tak ōn wlexat in.ma  
 Xet pum tak ōn wlexat in.ma  
 i manaycoko i manaycoko. i ē em i.o.e.

"Antigamente, em 1910, a saúde dos índios munduruku era muito bom, porque não faltava remédio do tempo das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição; elas cuidavam bem da saúde dos Munduruku. Foram à missão dedicando-se ao povo munduruku, na educação e saúde, principalmente.

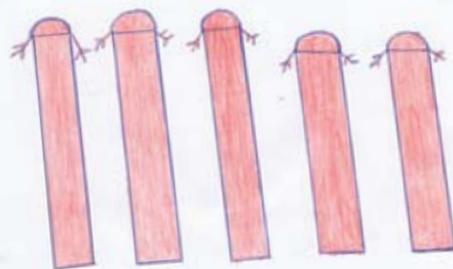
Hoje em dia, a saúde dos índios munduruku é muito triste, não tem remédios nas aldeias para os doentes. Por isso, os índios munduruku estão morrendo, por falta de medicamentos (CAS de saúde indígena) e polos -base; dizem que já passaram por momentos de grandes perdas e tristezas, presenciaram crianças munduruku morrerem na aldeia com plasmódio de malária e verminoses. As lideranças e caciques de todas as aldeias foram consultadas, e todas se manifestaram com reclamações contra a Sesai, sendo que esta instituição veio com uma notícia boa, com a mudança da Funasa para a Sesai, mas até o exato momento, nada de melhora. Por isso eu estou muito triste, por causa dos meus parentes que estão morrendo, estragando minhas lágrimas  
 Cacique Venâncio Puchu."

### Terra Indígena Munduruku

Antigamente, a nossa terra munduruku era uma área bela, muito bela. Ainda é, graças ao que restou de nossas grandes florestas verdes, cheias de flores e de frutos; de nosso rio Cururu, às vezes azuis, de águas limpas, sempre moventes.

Antigamente, era cheio de vários peixes enormes, como tambaquis, pirararas e tartarugas flutuando sobre o banzeiro. Antigamente era assim, a terra munduruku, a área mais bonita da terra. Mas desde a chegada do garimpeiro, vem estragando demais.

A verdade é que nós munduruku deixamos invadir a nossa terra. Deixamos que acabassem com grandes florestas, restando apenas os campos de natureza, que não servem para plantar. A verdade, os capitães e lideranças munduruku venderam as suas terras. Rio das Tropas, Rio Kabitôn e Rio Kajereni, esses três rios estão contaminados. Isto nos deixou tristes. No ano de 1987, as lideranças eram muito fortes, como Roberto Krixí, Venâncio Puchu, Martinho Bôrôm,



Ka.da.ku

Essa tabaco é tradicional  
i.jop kadoku wuyje osodop a.oyü bubuti  
a.oyü e.gubajuk i.at.  
y.xat pum i.gü, ip puya a.g.kayü a.oyü  
e.subuy, bu.  
i.jop cuk kadoku a.oyü ojat idibiba Wi iat.  
y.jop opop sata queda be Witava be  
a.pop ibonariak at.

Albino Sal, Alfredo Paygô. Essas lideranças eram muito fortes, anos atrás. Em 1987, teve um garimpo dentro da área munduruku. Nós nos reunimos para expulsar os garimpeiros da área munduruku. O nome desse garimpo era Monte Roraima. Reunimos 110 guerreiros de várias aldeias como Missão Katôn, Sai Cinza, PIN MDK e Missão Velha.

Os Munduruku têm como seu território mais tradicional os campos interiores do Alto Tapajós. Eles foram conhecidos do Rio Samanel ao Juruena, como fortes guerreiros que, apesar da estatura baixa, dominavam todo o Vale do Tapajós. Eles eram acostumados a cortar as cabeças dos seus inimigos. Por isso, nós, índios munduruku, não queremos barragem no Rio Tapajós. Principalmente nas Sete Quedas porque para nós é um lugar sagrado. Nós não queremos perder nossas tradições. Nós não queremos perder a "mãe dos peixes", nós não queremos perder o Morro dos Macacos, porque lá mora a "mãe dos Animais". por isso, nós não queremos barragens, para que os nossos filhos e netos vejam essa natureza que nossos avós deixaram.

Hijop cuk wuydobuyun um um oje pere wuywebe, AM iat opop Sete Quedas. Bé opop kadoku, tiga, axiamxe, buxaxi soowat opop iboce, hinakã juk ibo agõm pariwat pé wuyepi juk agum pariwat pé Ge, bum igu wuy, ju nãxege bit bit kay.



Kanapoca  
Wuydobuyü um um  
püt.a pariwat.a.

Wuy.kõn pidedu.doy i.jop  
i.jop cuk wuydobuyü um um  
o.jepama wuywebe.am.  
Kanasukaybu ibut.

i.joyü juk Kanapoca be o.Wakom i.ayu.  
Danibu Bonõ anõ Bonõ i.jopit.

# MARAJÓ INDÍGENAS EM

## GUAJAJARA

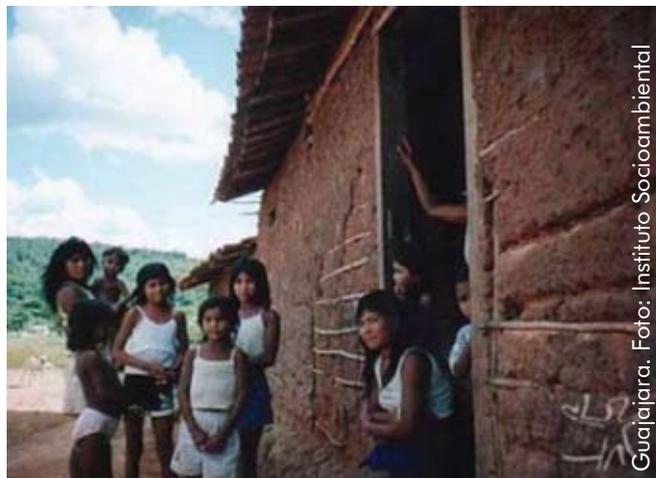
28.04.2012 - **Maria Amélia Pereira Guajajara, 52 anos** foi assassinada na sua própria casa com dois tiros no rosto por volta das 14hs na aldeia Coquinho II situada na Terra Indígena Cana Brava. O caso está sendo apurado no meio de muita especulação.

A área, localizada no município de Grajaú a 600km de São Luis, é palco de diversos tipos de conflitos. Como cacique, Maria Amélia denunciava os constantes assaltos na região, o tráfico de drogas e a exploração ilegal de madeiras dentro da terra indígena.



02.03.2012 - **Maria Sara Gregório Guajajara, 13 anos**, foi morta por seu companheiro não indígena, na cidade de Grajaú, vítima de estrangulamento. A indígena estava gestante há alguns meses.

09.03.2012 - **Francisco da Conceição Souza Guajajara, 34 anos**, agente indígena de saúde, foi executado com quatro tiros na cabeça na porta de sua casa, por dois homens numa moto,



Guajajara. Foto: Instituto Socioambiental

fato ocorrido às 18h30, na cidade de Grajaú.

No assassinato de Francisco da Conceição Souza Guajajara, a dor se misturou à revolta. Ele foi baleado por volta das 18h30 do dia 08 de março.

Numa reunião em abril, na Aldeia Coquinho, os indígenas apresentaram várias possibilidades para solucionar os problemas que enfrentam na região, cortada pela BR - 226, nos trechos entre as cidades de Grajaú e Barra do Corda. A reunião foi na escola da Aldeia e vários representantes das lideranças indígenas e do poder público participaram. Fonte e foto: blog do Marroquino.

Ficou agonizando no Hospital da Cidade de Grajaú até às 23h quando uma ambulância o levou para Imperatriz, distante 190 km, onde morreu por volta de 1h da madrugada do dia 9.

Providências cobradas:

Na Aldeia Coquinho, o cacique JOSÉ LUCIANO CLEMENTE, de 50 anos de idade, relatou que, além dele, as lideranças MARCILIANO CLEMENTE GUAJAJARA, 33 anos (Aldeia Coquinho), MARCELINO CLEMENTE GUAJAJARA, 37 (Aldeia Ilha de São Pedro) e RAIMUNDO CARLOS (Aldeia Bananal - T. I. Bacurizinho) estão JURADOS DE MORTE por traficantes, as-

# INHÃO: BUSCA DA PAZ



Aldeia Coquinho.

saltantes, estupradores e quadrilheiros, que atuam impunemente na região.

Entidades da sociedade civil exigem do Governo Federal, por meio do Ministério da Justiça e FUNAI, que garanta, em primeiro lugar, a integridade física das lideranças ameaçadas, visto que em razão dos conflitos relatados, mais mortes poderão ocorrer, bem como a retirada dos não indígenas conforme deliberação já tomada pelo Povo Guajajara.

*(CIMI, Pastoral Indigenista de Grajaú, OAB/MA, CPT e SMDH em São Luis, 04 de maio de 2012)*



Os Guajajara interditaram a BR 226 até que o Procurador Federal os recebesse. Fonte e foto: Blog do Marroquino.



## AWA-GUAJÁ: MAIS AMEAÇAS

Recentemente, a ONG Survival International lançou uma campanha em defesa do povo Awá-Guajá. O Cimi apóia esta iniciativa e destaca as seguintes ameaças que persistem contra o povo Awá-Guajá:

1. O desaparecimento acelerado de suas florestas e, conseqüentemente, da fauna, vem causando mudanças violentas na cultura e no modo de vida dos Awá-Guajá. Podemos imaginar como caçadores e coletores podem viver sem a floresta?

2. A ausência de políticas públicas específicas de saúde e de proteção de suas florestas, de apoio ao seu modo de





economia tradicional de caça e coleta, como também a ausência de assistência diferenciada por parte da Funai, visto tratar-se de povo indígena de recente contato, são também ameaças à integridade dos Awá-Guajá;

3. O último ataque sofrido por este povo em 2011, sendo mundialmente divulgado e confirmado em janeiro de 2012 por uma equipe de defensores;

4. Pelas condições de vulnerabilidade de sua população contatada frente aos madeireiros e a ausência total do Estado. Vários idosos já morreram e muitos estão debilitados por doenças causadas por subnutrição, como a tuberculose. Mais de seis pessoas, em sua maioria jovens, são acometidos por uma doença que se assemelha a epilepsia. Um estudo técnico/científico poderá esclarecer as causas; que acreditamos, estejam relacionadas às violentas mudanças impostas ao povo;

5. A grande violência do Projeto Carajás. São verificados impactos sobre sua cultura, seu território e suas florestas. A ferrovia Ferro- Carajás, que corta o território indígena, está sendo ampliada o que resultará em mais lucros para a VALE. Já o povo Awá-Guajá continua sem atendimento mínimo na área de saúde. Mais um povo vítima do 'progresso' e do engodo dos programas compensatórios.

O processo de judicialização do procedimento demarcatório da terra indígena Awá teve

início na década de 1980, e vinha impedindo a retirada de invasores do território indígena. Tal impedimento não mais existe. É urgente, portanto, empreender providências no sentido de retirar tais ocupantes para que a terra seja finalmente devolvida aos Awá-Guajá e, posteriormente, recomposta sua flora.

Os territórios habitados pelos Awá-Guajá são os mais desmatados na Amazônia Legal. Mas ainda é possível salvar e preservar o que resta dessa riqueza biológica presente no estado do Maranhão.

Diante de tal realidade, o Cimi convida toda a sociedade a se solidarizar com esta causa e atender ao apelo da campanha, solicitando ao ministro da Justiça que seja imediatamente implantado um plano permanente de vigilância e proteção das terras habitadas pelos Awá-Guajá; e que os invasores sejam imediatamente retirados do território indígena.

*Brasília, DF, 27 de abril de 2012.  
Cimi – Conselho Indigenista Missionário*

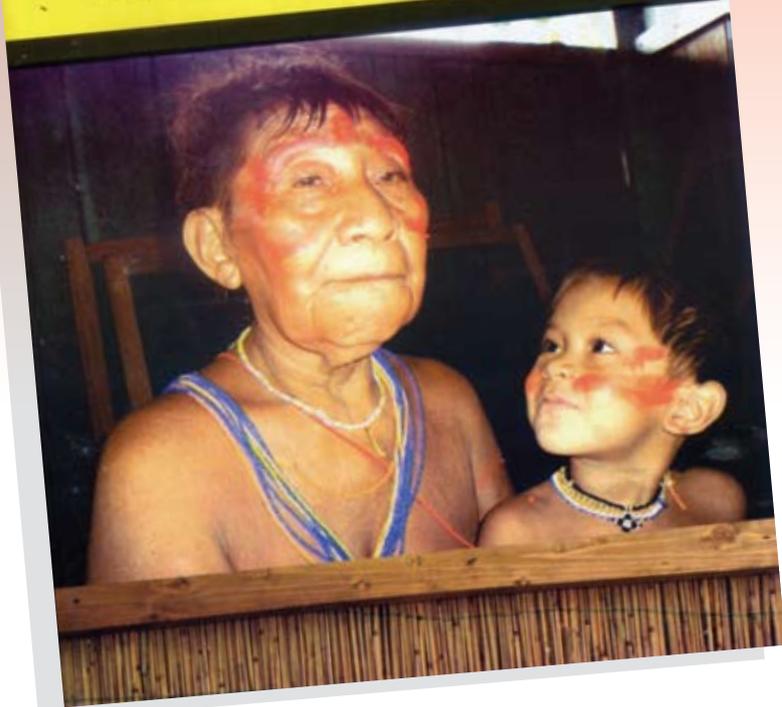
Para maiores informações e participação na campanha, acesse:

<http://www.survivalinternational.org/pt/awa>.



# Mulher Yanomami

Memórias que promovem a vida.



*(Texto extraído do relatório bilingüe do encontro.)*

Mulheres Yanomami de longe e de perto se reuniram na maloca Maamapiitheri em janeiro deste ano. O objetivo do encontro foi de partilhar e fortalecer o papel da mulher Yanomami na sociedade com ênfase no nascimento e cuidado das crianças recém nascidas.

Por diversos motivos, ou culturais ou por falta de conhecimento, existia a eliminação de crianças ainda na gravidez ou recém nascidas. Com a ajuda das irmãs missionárias que acompanham os Yanomami desde os anos 50, surgiu uma maneira de defender a vida: a adoção de crianças.



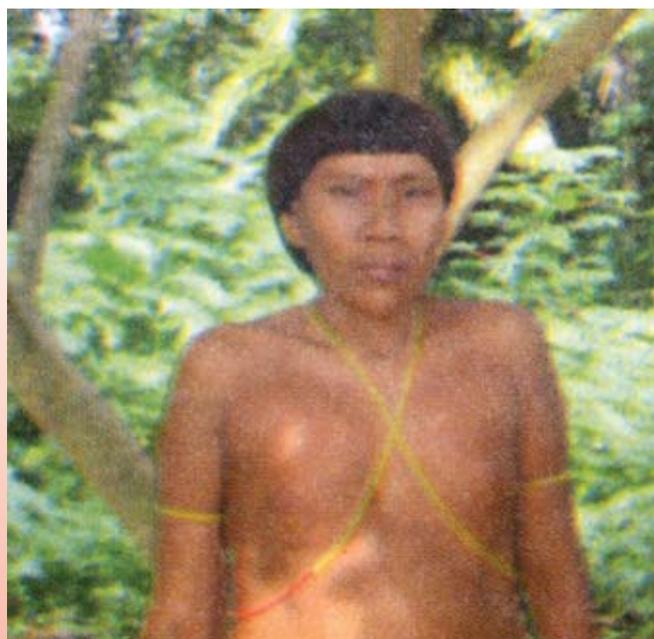
## Depoimentos de algumas destas mulheres maravilhosas.

**Candinha:** Eu não sabia cuidar de duas crianças ao mesmo tempo. Com a ajuda das irmãs e de minha mãe Teresa eu já criei duas filhas, Luana e Pascalina. Estou feliz de ver elas com saúde.

**Teresa:** Eu criei cinco filhos... eu não estou cansada, quero continuar ajudando cuidar dos filhos dos outros. Quero ver as crianças com vida, felizes e brincando.

**Rita:** A minha mãe Fidencia ajudou criar Daniela. Ela nasceu sem ânus, por isso a mãe dela queria eliminá-la. A irmã Severa ajudou tratar bem e depois passou para minha mãe Fidencia. Hoje Daniela é grande e tem saúde.

**Helena:** Eu criei Mary, estou feliz ver ela hoje no encontro com seu marido e filhos.



# MINERAÇÃO: AMEAÇA À MÃE TERRA DOS POVOS INDÍGENAS E DA AMAZÔNIA

Hoje, em muitas regiões do país, está acontecendo um verdadeiro saque das riquezas naturais nos seus territórios, como também inúmeras tentativas políticas de restringir, mudar e flexibilizar as leis que garantem os direitos indígenas tão sofridamente conquistados, como o da CF-88, a Convenção 169 da OIT e outros.

Madeireiros, invasores, empreiteiros, garimpeiros e outros ainda avançam em muitos territórios indígenas buscando as riquezas naturais que estão na superfície das suas terras. Uma violência que maltrata muito a terra, a natureza e os seus filhos. Mas agora, esses mesmos setores que sempre se articularam entre si, buscando lucro fácil e a qualquer custo, agora com a conivência e o aparato do Governo Federal, a partir de um falso discurso de "desenvolvimento" do país, desejam ansiosamente explorar ainda mais as riquezas que a Mãe Terra guarda sagradamente nas suas entranhas, isto é, suas riquezas minerais.

É a Mineração de grande porte que se expande aceleradamente no Brasil, mas, sobretudo, na Amazônia, motivada

pela grande demanda mundial por minerais metálicos ferrosos e não ferrosos, principalmente o ferro, cobre, bauxita, manganês, níquel e ouro. Uma ameaça à vida de muitas comunidades tradicionais e originárias que dependem e vivem exclusivamente da terra e da natureza, sejam índios, brancos ou negros.

É sabido também que em todas as regiões do mundo onde ocorre esse



As pessoas mostradas nestas páginas são do povo Asurini do Tocantins, que está sob risco por causa da mineração. Fotos: Marcos Reis.

tipo de exploração mineral a realidade é a mesma, seja na África, na Ásia ou na América Latina.

Nesses lugares, é produzido o minério que não recebe muito beneficiamento, sendo exportado quase do mesmo jeito como foi retirado da terra. Para que alcance um preço bom, portanto, deve ser produzido na maior quantidade possível - daí os maquinários gigantescos utilizados nas minas. Alguns consideram isto como uma "economia de enclave", quer dizer, uma atividade econômica que retira o seu produto de uma cidade, um estado, mas como não beneficia seu produto neste mesmo local, acaba gerando pobreza ao seu redor.

Em vários países onde este modelo está implantado, inclusive, no Brasil, as empresas e o Estado usam da força e da violência contra as populações impactadas por essa ação, como nos casos recentes da Bolívia e Argentina, para garantir essa lógica do capital insana, doente, de acúmulo, depredação e destruição da vida.

Portanto, estejamos atentos e em alerta permanente contra essa ameaça, pois ela é configuradora de um cenário de mais mudanças profundas para todos



os povos da Amazônia.

Estamos vivendo tempos difíceis, duros e com enormes desafios a serem enfrentados, mas tenhamos coragem e continuemos resistindo, rumo a nova sociedade do Bem Viver.

Em outros artigos tentaremos aprofundar ainda alguns aspectos que estão colocados nessa questão para um melhor entendimento das comunidades, como os impactos dessa prática, as tentativas de regulamentá-la (PEC 038) em terras indígenas, sua relação direta com a implantação de grandes projetos, o papel do Estado como gerenciador dos seus interesses e outros.

E até lá, continuemos nos preparando nas nossas comunidades, aldeias e outros espaços, estudando, discutindo e refletindo sobre o assunto, pois em tempos de crise e ameaças, tais ações são fundamentais para estreitarmos e fortalecermos nossos laços de fraternidade, solidariedade, comunhão, resistência e enfrentamento.

*Marcos Antônio Borges Reis  
Coordenador do Regional Cimi Norte II*



# BONECAS KARAJÁ: NOVO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

O Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou, no dia 25 de janeiro, o Ofício e os Modos de Fazer as Bonecas Karajá como Patrimônio Cultural do Brasil. A proposta foi apresentada ao Iphan pelas lideranças indígenas das aldeias Buridina e Bdè-Burè, localizadas em Aruanã, Goiás - GO, e das aldeias Santa Isabel do Morro, Watau e Werebia, localizadas na Ilha do Bananal, Tocantins - TO, com anuência de membros das aldeias Buridina, Bdè-Burè e Santa Isabel do Morro. O presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, Luiz Fernando de Almeida, comemorou o registro ressaltando o trabalho do Iphan de ampliar o número de bens protegidos em todo o país e de alterar a interpretação do que é patrimônio cultural.

O projeto *"Bonecas Karajá: Arte, Memória e Identidade Indígena no Araguaia"*, iniciado em 2009, vem sendo supervisionado pelo Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI/Iphan e coordenado pela Superintendência do Iphan em Goiás, que privilegiou o estudo dos aspectos imateriais das bonecas

Karajá. As pesquisas para identificar e documentar o ofício, os modos de fazer e as formas de expressão que envolvem a produção das Bonecas Karajá foram realizadas com a comunidade nas aldeias karajás Buridina Mahãdu e Bdé-Burè, em Aruanã - GO, e da aldeia de Santa Isabel do Morro, ou Hawalò Mahãdu, na Ilha do Bananal - TO. Durante o trabalho de quase dois anos, foram identificadas as matérias-primas, técnicas e etapas de con-

fecção, além dos mitos e histórias narradas pelos Karajá que expressam a rica relação entre seu povo e o rio, a fauna e a flora, as relações sociais e familiares e a organização social.

De acordo com o Departamento de Patrimônio Imaterial - DPI/Iphan, o Ofício e os Modos de Fazer as Bonecas Karajá são uma referência cultural significativa para o povo Karajá e representam, muitas vezes, a única ou a mais importante fonte de renda das famílias. A confecção das figuras de cerâmicas - chamadas na língua nativa de ritxòkò (na fala feminina) e ritxòò (na fala masculina) - envolve técnicas tradicionais transmitidas de geração a geração. A atividade exclusiva das mulheres é desenvolvida com o uso de três matérias-primas básicas: a argila ou o barro - suù; a cinza, que funciona como antiplástico; e a água, que umedece a mistura do barro com a cinza.

Em regra geral, o modo de fazer ritxòkò segue cinco etapas: extração e preparação do barro, modelagem das figuras, queima e pintura, tudo isso envolvendo um repertório de saberes que se inicia na seleção e coleta do barro até a pintura e decoração das cerâmicas, que estão associadas à pintura corporal dos Karajá e a peças de vestuário e adorno tradicionais. Ao indicar gênero, idade e estatuto social, a pintura e os adereços complementam a representação figurativa das bonecas, que identificam o Karajá homem ou mulher, jovem ou velho, solteiro ou casado, com todos os atributos que a cultura cria para distinguir convencionalmente essas categorias.



# A MÃE DE TODOS NÓS

A ONU consagrou o 22 de abril como dia internacional da Terra

Ao consagrar esse dia à Mãe Terra, a assembléia da ONU fez muita gente pensar: através desse gesto as Nações Unidas aderiram às expressões religiosas das culturas indígenas. Estas olham a Terra como mãe carinhosa que permanentemente cuida da vida de todo ser vivo. Nos países andinos, os índios não bebem vinho ou água sem derramar um gole por terra como brinde à Pacha Mama.

Não se trata de propor uma volta à religião antiga, mas de resgatar uma cultura amorosa e de respeito ao nosso planeta e a tudo o que o envolve.

"Nosso sucesso e riqueza devem ser medidos pelo equilíbrio que criamos entre nós mesmos e o mundo ao nosso redor, isto é, pela nossa capacidade de viver em harmonia com a natureza."

A Natureza é mãe e como tal tem que ser respeitada. Tem direitos, assim como nós seus filhos temos.

## O Código Florestal

Infelizmente a discussão do Código Florestal não considera os direitos da Mãe Terra, mas foi colocado num contexto econômico, de produção e de mero crescimento econômico.

A Terra pode viver sem nós huma-

nos, e até melhor. Nós não podemos viver sem a Terra. Ela é nossa única Casa Comum e não temos outra. A nossa luta é pela vida, pelo futuro da humanidade e pela preservação da Mãe Terra. Vamos sim produzir, mas respeitando o alcance e o limite de cada ecossistema, os ciclos da natureza e cuidando dos bens e serviços que Mãe Terra gratuita e permanentemente nos dá.

Vamos sim salvar a vida, proteger a Terra e garantir um futuro comum, bom para todos os humanos e para toda a comunidade de vida, para as plantas, para os animais, para os demais seres da criação.

Não permitiremos que um Código Florestal mal intencionado ponha em risco nosso futuro e o futuro de nossos filhos, filhas e netos. O momento é de resistência, de denúncia e de exigências de transformações nesse

Código que modificado honrará a vida e alegrará a grande boa e generosa Mãe Terra. A Presidenta e os parlamentares são nossos delegados e nada mais. Se não representam o bem do povo e da Natureza, perdem a legitimidade. Temos o direito de buscar o caminho constitucional do referendo popular.

*(Baseado em texto de Leonardo Boff em Adital)*



# CASAMENTO BORORO

Os bororo da aldeia de Meruri, MT, resgataram recentemente o bonito cerimonial do casamento obedecendo rigorosamente à antiga tradição transmitida pelo ancião José Carlos Meríri Ekuréu. A cultura bororo é matrilinear, isso quer dizer que os filhos pertencem ao grupo da mãe. As casas da aldeia redonda são divididas em duas metades e cada metade tem quatro grupos ou clãs. As mulheres são as donas das casas enquanto os homens são responsáveis pela casa grande central. O casamento acontece entre membros de metade opostas e com obrigações recíprocas comuns a muitos povos indígenas, e o marido vai morar na casa da mulher.

Os momentos principais do casamento bororo são estes:

A mãe da noiva, com a filha, prepara um prato de comida especial e ao meio dia o leva ao rapaz com o qual a filha quer casar.

Se o noivo aceita inicia todo cerimonial. (Foto 1.)

A mãe da noiva prepara os adornos do seu grupo para o noivo. (Foto 2)

A mãe do noivo prepara os adornos do seu grupo para a noiva. (Foto 3)

A mãe da noiva pinta o rosto da filha com as pinturas do noivo. (Foto 4)

A mãe do noivo pinta o rosto do filho com as pinturas da noiva. (Foto 5)

O noivo com a mãe enfeita a noiva com seus adornos. (Foto 6)

A noiva com a mãe enfeita o noivo com seus adornos. (Foto 7)

O irmão mais velho da mãe do noivo avisa toda comunidade que agora os dois são casados e como tais devem ser respeitados. (Foto 8)

A mãe da noiva oferece uma comida de agradecimento que é repartida entre todos os parentes do grupo do noivo. (Foto 9)

RERÚIA. Canto e dança de festa da comunidade para confirmar o casamento. (Foto 10)

Os noivos participam da dança. (Foto 11)

A mãe do noivo entrega os pertences do filho para a noiva. (Foto 12)

Os noivos vão morar para a casa da noiva no cantinho preparado para eles pela mãe da noiva.

Este é o casamento mais comum. Pode ter pequenas variações quando:

- Casa uma pessoa de idade.
- Quando uma noiva pode ser oferecida em casamento como recompensa a quem matou uma onça para um finado da família. Hoje isso é muito raro.
- Casa uma viúva.
- Casam duas pessoas marcadas desde a infância pelas duas metades da aldeia. Hoje isso é raríssimo.

Informante: José Carlos Meríri Ekuréu. Pesquisadores: Maria Pedrosa Urugureúdo e Gerson Enoguréu. Fotos: Mario Bordignon



# XAVANTE DETERMINADOS A FICAR EM MARÃIWATSÉDÉ

Fotos: Marcy Picanço

tos, espírito sagrado da floresta”.

Os invasores estariam levando um grupo de Xavante de outra terra indígena para o Parque. Baseado neste acordo, visam falsear um suposto acordo de permuta.

Mais de 370 membros da comunidade indígena Xavante de Marãiwatsédé assinaram um documento denúncia. De acordo com o documento entregue ao MPF, nenhuma liderança que não seja o cacique Damião Paridzané tem legitimidade para negociar com fazendeiros e políticos que tentam convencer os indígenas a deixar seu território tradicional homologado pela União desde 1998. *“Não queremos sair da querida terra Marãiwatsédé”.*

Além de contrariar a vontade do povo de Marãiwatsédé, tal acordo seria sem base legal visto que a Constituição Federal Brasileira não permite que qualquer terra indígena seja permutada por outra área (Art. 231/CF)

Ao que parece, desconhecimento ou ignorância sobre a Carta Magna levou o governador a sancionar a absurda Lei 9.564/2011 que determina a permuta e transferência dos Xavante para poder regularizar a situação dos invasores. Além de inconstitucional, é imoral, forçoso e uma afronta aos direitos e interesses do povo Xavante da Terra Indígena Marãiwatsédé.

**M**ais uma vez, os Xavante de Marãiwatsédé manifestam sua determinação de permanecer em sua própria terra. Em março denunciaram novas manobras dos invasores que visam o deslocamento dos Xavante para o Parque Estadual do Araguaia, assim deixando a terra livre para os fazendeiros.

Os Xavante afirmam que nunca ocuparam aquela região, mas sim a área onde estão, Marãiwatsédé. *“Em tempos antigos nunca foi ocupado pelos xavantes a área do Parque do Araguaia, mas onde estamos, provamos que o nosso habitat é aqui dentro da área Marãiwatsédé, onde tem cultura, vestígios, monumen-*



## Breve Histórico

Os primeiros contatos da sociedade nacional com os Xavante se deram por volta de 1957. A partir desse momento, os indígenas foram sendo “empurrados” para fora da área que interessava aos não-indígenas, que se apossaram das terras, promovendo a degradação do meio ambiente e dificultando assim os meios de sobrevivência dos indígenas. Apesar das terras indígenas já serem protegidas pela Constituição vigente, as terras Xavante foram tituladas pelo estado de Mato Grosso a partir do ano de 1960.

Em 1980, a fazenda Suiá-Missu, na época considerada “o maior latifúndio do mundo” e incidindo no território de Marãiwatsédé, foi vendida para a empresa petrolífera italiana Agip. Em 1992, sob pressão, Agip anunciou que iria devolver a área aos Xavante. Em 1993 o ministro de Justiça declarou a posse permanente indígena para efeito de demarcação e em 1998 o presidente da República homologou a demarcação administrativa da Terra Indígena Marãiwatsédé por decreto.

Em 2007 o juiz sentenciou a retirada de todos os invasores, além de determinar a recuperação das áreas degradadas da terra indígena Marãiwatsédé. Em 2010, diante da demora em efetivar a decisão, outro juiz determinou a remoção em até 20 dias das famílias não indígenas que vivem na TI Marãiwatsédé.

Tudo isso ocorreu no meio de muitas contestações até que um desembargador suspendeu o mandado de desocupação sob o argumento que algum acordo pudesse ser feito em torno da terra indígena.

Mas, como se vê no artigo, não há e nem pode haver tal acordo.



# Na Sala de Aula

Professores, ao fazer uma leitura atenta de todo esta edição do Mensageiro, verão que tem muito material para estimular seus alunos e motivar suas aulas.

Sempre selecionem atividades de acordo com a idade e nível escolar de seus alunos:

- debate, redação, pesquisa, desenho, dramatização, artes, poesias, músicas;
- caminhadas e atividades fora da sala de aula (por exemplo: examinar animais e insetos, as plantas e as plantações; fazer pequenas hortas ou viveiros de mudas; examinar a qualida-

de da água, o jeito da terra; fazer artesanato com barro ou com sementes e coisas que a terra dá; construir um pequeno abrigo com palha e produtos da terra;

- participação nas campanhas sugeridas; Solicitem ajuda de outras pessoas na aldeia, os sábios e as sábias, as lideranças, os agentes de saúde. Chamem eles para falar na sua sala ou levar os alunos para conhecer sua área de atividade. Vejam alguns eixos temáticos sugeridos pelas matérias desta edição.

## TERRA

Nas páginas 19-20 vemos mais uma vez a história e a determinação do povo Xavante da terra Marãiwatsédé. Nas páginas 3-6 conta a recente vitória dos Pataxó Hã Hã Hã

Fazer um estudo da situação da terra do seu povo.

- A terra é demarcada? Homologada? Invasida? ou...
- Como seu povo



usa a terra para viver?

- Tem Agricultura? Criação de animais, peixes, aves? Coleta de produtos da floresta ou caatinga ou pantanal? Caça e pesca? ou...
- Seu povo ama a terra e vive feliz nela? Ou muitos estão indo para a cidade?



## AMEAÇAS

Nas páginas 14-15 fala da grande ameaça da mineração que tanto ameaça a Mãe Terra como aos povos indígenas. Os Mundurucu nas páginas 7-9 falam das hidrelétricas e a destruição das Sete Quedas, e também das falhas na assistência à saúde. E nas páginas 10-12 vemos dois povos no Maranhão ameaçados e sofrendo violências (Guajajara e Awá-Guajá). A página 17 nos lembra que o Código Floresta é uma grande ameaça à Mãe Terra.

- Quais são as



principais ameaças que seu povo sofre?

- Como podem ajudar os povos ameaçados?
- Como está a situação da saúde na sua aldeia?
- Quais as agressões à Mãe Terra que atingem sua área?
- Quais os grandes projetos de exploração da natureza que chegam a sua área?
- Estão acompanhando a votação do Código Florestal? (Veja Mensageiro Ed. 188)



## CULTURA

Página 16 mostra um pouco da beleza artística dos Karajá. Na página 18 aprendemos como é o casamento tradicional dos Bororo. Na página 13, vemos como mulheres Yanomami estão mudando um costume para promover a vida. E a página 17 destaca o relacionamento de povos indígenas com a Mãe Terra.



- Escolher uma manifestação cultural de seu povo para estudar, ilustrar, aprender e fazer – que seja um ritual ou uma arte.
- Pesquisar sobre práticas culturais no seu povo que tem mudado e porque.
- Fazer um debate sobre o que mudou, e se é melhor agora ou antes e porque.



## MULHERES ORGANIZADAS

As páginas 23-24 falam da assembléia de mulheres Guarani-Kaiowa e Nhandeva e a página 13 das mulheres Yanomami.

- Qual é o papel da mulher na sua aldeia?
- Qual a importância da organização delas?
- Falar sobre mulheres que admira: dos artigos, de sua aldeia ou de quem já ouviu falar.
- Olhar a costa do Mensageiro e comentar sobre



a comparação que Alda Silva faz com a borboleta. Depois de comentar, tentar fazer uma frase, uma comparação, um desenho de um pensamento importante que nos ajuda a crescer.



## MEMÓRIA

Como é bonita a memória do seu Miguel que Alan Tembê faz na página 27.

- Fazer a memória de pessoas que marcaram a vida do seu povo. Chamar outras pessoas para ajudar, ou sair entrevistando outros para completar suas informações. Destas faça um cartaz ou redação ou desenho.



Mandar para o Mensageiro os trabalhos, desenhos, fotos e relatos de suas atividades com estes e outros assuntos. A sua criatividade não só informa como também ajuda e estimula outros parentes no seu trabalho.



# II KUNÃ ATY GUASSU

## Assembléia das Mulheres Indígenas Guarani Kaiowa e Nhandeua

Esta assembléia que reuniu mais de 400 participantes, foi fruto da reivindicação das Mulheres Indígenas. Parteiras, rezadoras, artesãs, agentes de saúde e outras lideranças marcaram sua presença de 25 a 29 de abril na aldeia Jaguaripu- Dourados-MS.

Nem a chuva intensa que destruiu as tendas logo no primeiro dia, nem a dificuldade de transporte impediram a realização da assembleia.

As mulheres denunciaram a aprovação da PEC 215 que quer reduzir as Terras Indígenas e rever os limites até das Terras já demarcadas.

Uma grande reza tradicional marcou tanto a abertura da assembléia, como o encerramento com a bênção solene do

Documento Final. A reza, acompanhada de cantos e danças transmitiu uma grande energia que circulou entre todos os presentes e oxalá tenha chegado até às autoridades.

As partes do Documento Final ilustram bem o que as Mulheres Indígenas não gostam e o que elas querem:

*"Nós, Mulheres Indígenas, viemos a público manifestar nossa indignação!"*

Pelo quadro de violência que a sociedade provocou em nossas aldeias e principalmente pelo avanço do AGRONEGÓCIO: "Poluíram nossos rios, destruíram nossas matas, nossa farmácia e nossa saúde. Destruíram nossa cultura, nosso tekoha, nossa vida e nossa dignidade, deixando nossas mulheres a mercê das rodovias, dos acam-

*"Nós, mulheres Guarani Kaiowá vivíamos como uma lagarta, presa ao tronco das árvores. Durante muito tempo permanecemos caladas e sem voz. Mas hoje, vamos acordando nossa consciência para o caminho da transformação até chegar à leveza e liberdade da borboleta. E, como a borboleta, que se alimenta do nectar das flores, buscamos nos fortalecer para enfrentar o mundo e buscar nossos direitos".*

Alda Silva – Nhandecy



Elisa Maria Bisol/ Cimi Dourados

As Mulheres pedem políticas específicas e diferenciadas e que os Centros de atendimento à Mulher funcionem a tempo integral e não conheçam finais de semana e feriados.

Nós queremos "Saúde diferenciada e de qualidade para a mulher indígena"

No âmbito da saúde indígena as mulheres denunciam as inúmeras situações de extrema precariedade e descaso

pamentos e pequenas áreas, insuficientes para nossa sustentabilidade."

Somos nós mulheres, que mais sofremos as consequências dessa estrutura injusta que gera violência e morte em nossas famílias e nossos Tekoha.

"Nós, Mulheres Indígenas, queremos de volta os nossos direitos" principalmente o reconhecimento da nossa Terra e o respeito pelas nossas Tradições.

Nós queremos "Segurança para as Mulheres em nossas aldeias e acampamentos"

No âmbito das políticas públicas para a mulher, Bárbara Nicodemos, do Programa "Viva Mulher" ao tratar do enfrentamento da violência contra a mulher esclarece que a violência contra a mulher é caso de saúde pública e deve ser tratado como tal.

no atendimento à população indígena do estado e reivindicam saúde diferenciada e de qualidade.



Elisa Maria Bisol/ Cimi Dourados

Nós queremos "Sustentabilidade e segurança Alimentar"

Principalmente perseguir políticas públicas de incentivo à produção sustentável de alimentos; recuperação das áreas degradadas; implementar programas que garantam o uso livre e autônomo de sementes e o intercâmbio com a sabedoria tradicional.

A participação de Léia Bezerra Wapixana, da coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais da FUNAI, destaca em sua fala que "Projetos que não contemplem a dimensão da mulher e seus direitos são considerados como discriminação da mulher".

As mulheres Guarani Kaiowá e Nhandeua estão decididas a colaborar para que seu povo, seus filhos e netos tenham seus direitos garantidos.



Elisa Maria Bisol/ Cimi Dourados

# RÁPIDAS

## Correios lançam carimbo em homenagem ao Povo Ofaié

Os Correios da cidade de Nova Andradina, Mato Grosso do Sul, lançaram no dia 20 de abril o carimbo comemorativo em homenagem ao Dia Municipal do Povo Ofaié Xavante. O evento aconteceu nas dependências da Câmara Municipal de Nova Andradina.

Prestigiaram o evento o presidente da Câmara de Nova Andradina, Vereador Adriano Palopoli, o vereador José dos Santos Correia, o Gerente de Vendas da Região de Três Lagoas dos Correios, Waldemir das Neves Lopes, os representantes indígenas Ofaié cacique José de Souza Kói; Ataíde Francisco Xehitâ-ha, da associação indígena e Silvano de Moraes Hâgu-Tahâk, professor da escola Ofaié E-Iniecheki, o professor, historiador e biógrafo do povo Ofaié Carlos Alberto dos Santos Dutra, que pesquisa a trajetória da etnia desde 1986, e o professor da UFMS, Giovani José da Silva, pesquisador do povo Ofaié.

De formato circular, o carimbo traz ao centro a imagem de um índio ofaié, circundado pelos dizeres "Dia Municipal do Povo Ofaié Xavante – Correios – Nova Andradina/MS - 20 de abril de 2012".

O Carimbo assinala o reconhecimento

da presença dos Ofaié Xavante, nação de hábitos de coleta e caça, que sempre habitou a margem direita do rio Paraná, fixando suas aldeias originais nos municípios de Ivinhema, Angélica, Nova Andradina, Batayporã, Anaurilândia, Taquarussu, Bataguassu e Brasilândia.

*Fonte: Cleverson Gouveia, via Câmara Municipal de Nova Andradina.*



Uma publicação a serviço dos povos indígenas e da Amazônia.

### ASSINATURA ANUAL:

Não-índio: R\$ 30,00

Índigena: R\$ 15,00

Apoio: R\$ 60,00

EXEMPLARES AVULSOS: R\$ 3,00

### Marque aqui o seu tipo de assinatura:

- Nova
- Renovação
- Índigena
- Apoio

### Pagamento

- Cheque Nominal
- Depósito Bancário

Em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

### Depósito Bancário:

Banco Bradesco Agência **3109-7**

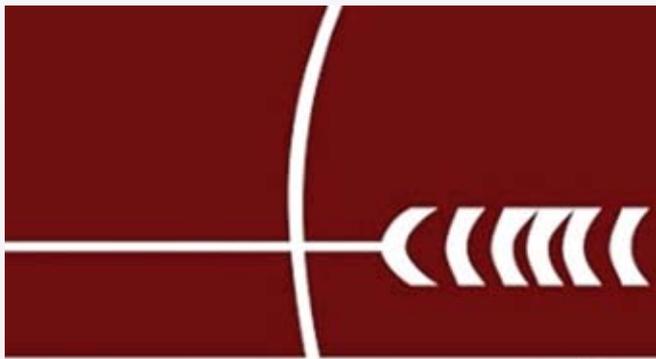
Conta Corrente **135641-0**

Em nome de **Conselho Indigenista Missionário**

Para fazer assinatura do Mensageiro, preencha o cupom no verso desta página, e envie para o endereço abaixo.

Editora Mensageiro  
Caixa Postal 41  
66017-970 Belém, Pará

fone: 091- 3252 - 4164  
Fax: 091- 3252 - 2312  
E.mail: cimiblm@amazon.com.br



**CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO**

### 40 anos na luta

A presença da Igreja nas aldeias juntos aos povos indígenas, em uma perspectiva de solidariedade, de doação, de respeito e de generosa aceitação das culturas. Esta é a missão do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), conforme afirmou o bispo da Prelazia de Xingu (PA) e presidente do CIMI, Dom Erwin Krautler.

“Precisamos sensibilizar a sociedade, pois só envolvendo as pessoas com os sofrimentos desse povo vamos conseguir conscientizar que temos uma grande dívida com os povos indígenas”, afirmou o bispo.

De acordo com Dom Erwin o que mais marcou a luta do CIMI ao longo destes anos foi o sangue derramado de seus mártires. “Acredito que não exista uma pastoral que tenha gerado tantos mártires quanto esta. O sangue derramado dos mártires é a semente dessa luta pela ressurreição dos povos indígenas”, acrescentou.

Dom Erwin destacou que o atual cenário dos povos indígenas não é favorável à suas lutas. “A política indigenista oficial não é favorável aos povos indígenas. Lamentamos que embora os índios estejam amparados pela lei, ela não seja respeitada”, concluiu.

### Réus absolvidos

O julgamento dos acusados do assassinato do indígena, Aldo da Silva Mota, etnia Makuxi, da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, realizado nos dias 17 e 18 de maio, terminou com a absolvição dos acusados.

Mota foi assassinado em janeiro de 2003, aos 52 anos. Seu corpo, encontrado por parentes dias após seu desaparecimento, estava enterrado em uma fazenda de Uiramutã, município de Roraima.

O conselho de sentença formado por cinco homens e duas mulheres e presidido pelo juiz federal Helder Girão Barreto, decidiu inocentar os acusados: o ex-vereador, Francisco das Chagas de Oliveira; Robson Belo Gomes e Eliseu Samuel Martin.

Em 30 anos de luta pela demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol, vinte e um indígenas foram assassinados. Nenhum dos criminosos ou mandantes foi condenado por esses crimes.

Os crimes cometidos contra os indígenas da terra Raposa Serra do Sol, vão além dos homicídios: foram 54 ameaças de morte, 51 tentativas de homicídios, 80 casas destruídas, 71 prisões ilegais, 05 roças e um Centro de Formação queimados e pelo menos 05 casos de cárcere privado, conforme levantamento feito pelo CIR.

Com a regularização da terra, após julgamento no Supremo Tribunal Federal – STF, que reconheceu a legalidade do decreto homologatório, a perseguição aos indígenas continua em outras regiões de Roraima.

*Com informações de Luana Luizy,  
de Brasília e Cimi Norte I*

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Caixa Postal: \_\_\_\_\_ Fone: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_ País: \_\_\_\_\_

**Importante: Envie por fax ou correio – junto com o cupom preenchido o comprovante (ou cópia) do seu depósito**



# MORREU SEU MIGUEL TUPANA!

**S**r. Miguel foi um indígena Tembé do município de Santa Maria do Pará. Um dos últimos velhos que moraram na antiga aldeia do Anselmo, que ficava acima do rio Maracanã, próximo ao igarapé chamado Limão em Santa Maria do Pará. Miguel Tupana assim conhecido pelos mais velhos da aldeia Jeju depois de longos anos longe do município, depois que nosso território foi invadido pela estrada de ferro Belém Bragança, pelos capuchinhos da época e pelos colonos.

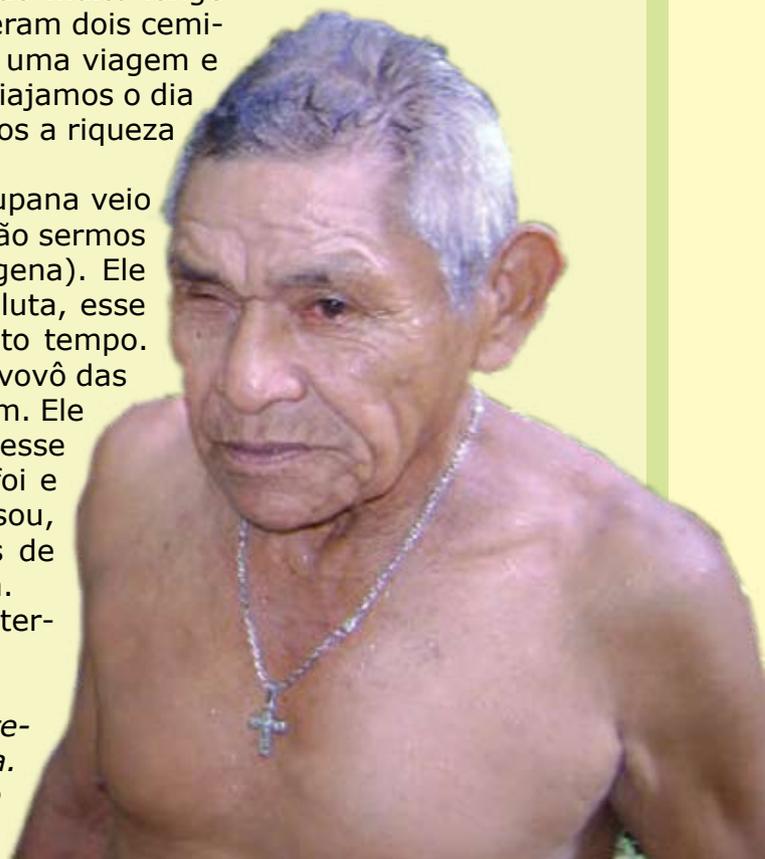
A mãe do sr. Miguel chamava-se Augustinha morou na aldeia do Anselmo, a mesma faleceu lá, ele junto com seu irmão foram morar em outro lugar, depois de longos anos seu Miguel voltou a aldeia do Jeju para dar notícias de sua vida, nesta volta ele permaneceu na aldeia por mais quatro anos.

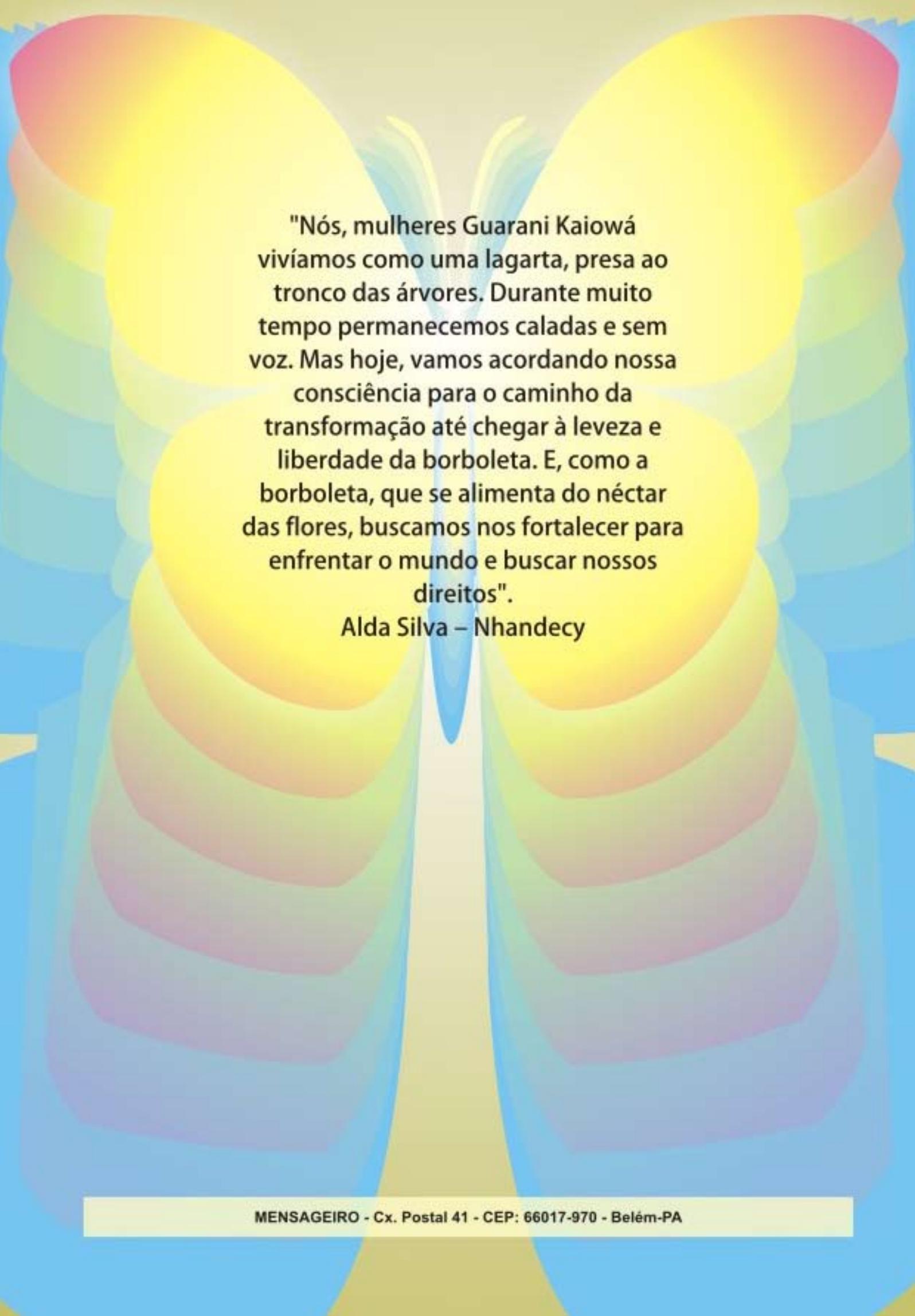
Miguel Tupana era uma pessoa que morava só, fazia seus artesanatos de guarimã, ele também era considerado um pajé da nossa aldeia. Seu Miguel me revelou muita coisa de nossa vida, a qual eu guardo na memória até hoje. Em uma visita histórica de volta a aldeia Anselmo, área hoje pertencente a uma fazenda levou-me aonde era sua antiga casa quando morava na aldeia do Anselmo, onde até Paula tembé e eu descobrimos onde sua mãe lavava roupa, onde seu pai caçava, pescava. Não muito longe de sua casa mostrou o cemitério. Ele disse que eram dois cemitérios: um das crianças e outro dos adultos. Foi uma viagem e tanto. Uma experiência fantástica. Naquele dia viajamos o dia inteiro pelo rio Maracanã no qual eu e Paula vimos a riqueza que ainda há em nosso território.

No dia 24 de março de 2012, seu Miguel Tupana veio a falecer. A saúde dele se agravou pelo fato de não sermos atendidos pela Sesai (Secretária de saúde indígena). Ele era uma pessoa muito boa. Nestes 12 anos de luta, esse parente viu uma cultura que ele não via a muito tempo. Participou do moqueado na aldeia Ita Putir, foi o vovô das meninas, foi ele que fez o tupé para elas sentarem. Ele disse que sentiu saudades de sua mãe em ver esse ritual que há muito tempo ele não via. Ele se foi e não volta mais. A experiência que ele nos passou, isso vai ficar guardado no coração dos tembés de Santa Maria do Pará. Sentimos muito a sua falta.

É mais um tembé que morre e não vê seu território demarcado.

*Texto e fotos de Alan Tembé, presidente da Aitesanpa.  
(Associação Indígena Tembé de Santa Maria do Pará)*





"Nós, mulheres Guarani Kaiowá vivíamos como uma lagarta, presa ao tronco das árvores. Durante muito tempo permanecemos caladas e sem voz. Mas hoje, vamos acordando nossa consciência para o caminho da transformação até chegar à leveza e liberdade da borboleta. E, como a borboleta, que se alimenta do néctar das flores, buscamos nos fortalecer para enfrentar o mundo e buscar nossos direitos".

Alda Silva – Nhandecy